



SAÚDE MENTAL DOS CUIDADORES DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: uma revisão de literatura

Julio Sérgio Camargo¹

Vanderléia de Lurdes Dal Castel Schindwein²

RESUMO

O estudo teve como objetivo identificar os fatores que interferem no trabalho dos cuidadores de alunos com deficiência e impactam na saúde mental. Para isto realizou-se uma revisão de literatura, com as bases de dados do portal Scielo e Capes, das produções científicas do período de 2008 a 2018. Para esta pesquisa, utilizou-se dos descritores: cuidadores; saúde mental; educação; pessoas com deficiência. Foram identificados nove trabalhos: seis dissertações e três teses de doutorado. Os resultados revelaram que as deficiências mais impactantes na saúde mental dos cuidadores foram as encontradas no grupo com Deficiências Intelectuais. Sendo assim, observou-se a necessidade de formação teórico-prática para discutir temas voltados às dificuldades da atuação dos cuidadores, bem como temas voltados à saúde mental destes.

Palavras-chave: Cuidadores. Saúde Mental. Pessoas com deficiência.

MENTAL HEALTH OF CAREGIVERS OF STUDENTS WITH DISABILITIES ENGLISH: a literature review

ABSTRACT

The study aimed to identify the factors that interfere in the work of the caregiver of students with disabilities and affect mental health. For this, a literature review was carried out, with the databases of the Scielo and Capes portal, of scientific productions from 2008 to 2018. For this research, the following keywords were used: caregivers; mental health; Education; disabled people. Nine articles were identified: six dissertations and three doctoral theses. The results revealed that the most impacting deficiencies in the mental health of caregivers were those found in the

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Orientador escolar na Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná-RO - Brasil. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-8957-980X>. E-mail: j.s.camargo@hotmail.com

² Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS); Docente e pesquisadora na Universidade Federal de Rondônia - Brasil; Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (PPGPSI-UNIR); Líder do Centro de Pesquisa em Saúde Mental e Trabalho na Amazônia (CEPEST-UNIR). Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0002-5728-5161>. E-mail: vcastel@unir.br

group with Intellectual Disabilities. Thus, there was a need for theoretical and practical training to discuss topics related to the caregiver's performance difficulties, as well as topics related to his mental health.

Keywords: Caregivers. Mental health. Disabled people.

SALUD MENTAL DE CUIDADORES DE ESTUDIANTES CON DISCAPACIDADES: una revisión de la literatura

RESUMEN

El estudio tiene como objetivo identificar los factores que interfieren en el trabajo de los cuidadores de estudiantes con discapacidad y sus repercusiones en la salud mental. Para ello, se realizó una revisión bibliográfica, utilizando las bases de datos del portal Scielo y Capes, de las producciones científicas de 2008 a 2018. Para esta investigación se utilizaron las siguientes palabras clave: cuidadores; salud mental; educación; gente con discapacidades. Se identificaron nueve trabajos: seis disertaciones y tres tesis doctorales. Los resultados revelaron que las deficiencias más impactantes en la salud mental de los cuidadores fueron las encontradas en el grupo con Discapacidades Intelectuales. Así, se hizo necesaria una formación teórica y práctica para discutir temas relacionados con las dificultades del desempeño de los cuidadores, así como temas relacionados con su salud mental.

Palabras clave: Cuidadores. Salud mental. Personas con deficiencia.

INTRODUÇÃO

As atribuições do cuidador de alunos com deficiência estão descritas na Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), o documento esclarece que cabe ao cuidador dar suporte e “apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar” (p. 13). Sobre a atuação dos profissionais da educação que atuam com o aluno com deficiência, em Rondônia estabeleceu-se através da Lei complementar nº 680/2012, que estes desempenhem suas atividades com a carga horária em tempo corrido, ou seja, das 8 (oito) horas diárias exigidas no concurso, pela lei, exerça as funções em apenas 6h diárias, destas, 4h devem ser dedicadas ao aluno com deficiência. Embora a legislação estabeleça o limite de horas dedicadas ao trabalho do cuidador no estado, observa-se que não há propostas de proteção aos trabalhadores com relação a sobrecarga, exaustão física e psicológica no trabalho do profissional.

Assim, importa destacar que a legislação negligencia a dimensão física e/ou psíquica do cuidador, mesmo sabendo da importância do trabalho deste no processo de acessibilidade e inclusão dos alunos com deficiência ao ambiente da escola regular, ainda, do vínculo afetivo no desempenho das atividades e necessidades diárias do aluno com deficiência, não há o reconhecimento dos efeitos colaterais físicos, psicológicos e sociais no desempenho das suas atividades.

A falta de uma legislação que considere a sobrecarga de trabalho do profissional cuidador na rede educativa municipal/estadual não é prerrogativa somente no Estado de Rondônia, outras legislações analisadas para este estudo também não problematizam e nem dão visibilidade às dificuldades no trabalho dos profissionais que desempenham suas atividades pelas outras quatro horas diárias, com mais de um aluno com deficiência, e com o mesmo diagnóstico ou com grandes parcelas de dependência.

Diante dessa problematização, elaborou-se o presente estudo com o objetivo de identificar os fatores no trabalho dos cuidadores de alunos com deficiência que impactam na saúde mental. Para isto, utilizou-se um estudo de revisão de literatura em artigos e trabalhos publicados nos últimos 10 anos (2008-2018). Os estudos consultados serviram como base teórica para o estudo narrativo, respondendo as seguintes problemáticas: quais os fatores que interferem na saúde mental dos cuidadores de alunos com deficiência; dos desafios, dificuldades e impasses que repercutem na saúde mental desse profissional; da deficiência acometida no indivíduo, interferência na saúde mental dos trabalhadores.

3

DESAFIOS PARA UMA POLÍTICA DE INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL

Constantemente se ouve falar sobre a inclusão escolar na mídia, nos jornais e no cotidiano. No que tange as pessoas com deficiência, é notória a chegada desses grupos minoritários ao ambiente da escola regular ocasionando muitas mudanças e reestruturação no sistema social, político e educativo. Nesses termos, duas políticas públicas internacionais foram marcantes à abertura do paradigma inclusivo no Brasil; a Declaração de

Educação para Todos (UNESCO, 1990) e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994).

Patto (2005; 2008) descreve que essas políticas, na maioria das vezes, acabam afetando não apenas os moldes pedagógicos da escola, fazendo com que seja uma reprodutora de exclusão ao invés de inclusão, principalmente sobre os impactos das políticas públicas no ambiente escolar, aligeirando o cotidiano, do mesmo modo, afeta a saúde do profissional da educação, aumentando os índices de adoecimento devido as inúmeras cobranças de resultados impostas pelos governantes. De igual modo, Hypólito (2011) trata sobre a intensificação do trabalho docente e os interesses dos organismos internacionais com a Educação brasileira, em suma interesses dos Organismos Multilaterais na América Latina e Caribe.

Para Barroco e Souza (2012) a inclusão escolar visa dar acesso, permanência e desenvolvimento qualitativo aos grupos minoritários (negros, quilombolas, indígenas, imigrantes, pessoas com deficiência e outros) no ambiente escolar, em contradição com o que é aclamado pelo capitalismo, que preconiza a inclusão como acesso ao mercado de trabalho e aos meios de produção, uma inclusão em moldes quantitativos.

Os alunos com deficiência ou mobilidade reduzida devem ter disponível ao adentrarem no ambiente da escola regular, acessibilidade e um sistema de espaços seguros, com condições de autonomia, com mobiliários, equipamentos e recursos adaptados, edificações, transportes, informação e comunicação, com sistemas, tecnologias acessíveis, além de outros serviços e instalações abertos, de uso público ou privados, tanto na zona urbana como na rural (BRASIL, 2000).

Para que haja de fato, inclusão de pessoas com deficiência no ambiente da escola regular, muitas mudanças devem ocorrer, além daquelas descritas acima, será necessário, flexibilizações curriculares e pedagógicas, formação, capacitação e especializações adequadas para os profissionais, apoio técnico e especializado. Entre esses arranjos, emerge o profissional cuidador para dar “apoio nas atividades de higiene,

alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar” (BRASIL, 2008a, p. 13).

Na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do antigo Ministério de Trabalho e Emprego (MTE, 2010), no código nº 5162 encontra-se a classificação “cuidadores de crianças, jovens, adultos e idosos”, não há referência ao termo pessoas com deficiência, mas pelas descrições sumárias há semelhança com o teor da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008. Pela CBO esses cuidadores “Cuidam de bebês, crianças, jovens, adultos e idosos, a partir de objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer da pessoa assistida” (2010, p. 781).

Um dos documentos consultados foi o Guia Prático para Cuidadores de idosos (BRASIL, 2008b) que descreve procedimentos para o cuidador de idosos a serem tomados diante da execução da atividade. O documento traz apreciações relevantes como o conceito de cuidado e o conceito de autocuidado importantes para compreender as descrições de cada um no cotidiano dos cuidadores. De acordo com o documento, o cuidado “[...] significa atenção, precaução, cautela, dedicação, carinho, encargo e responsabilidade. Cuidar é servir, é oferecer ao outro, em forma de serviço, o resultado de seus talentos, preparo e escolhas; é praticar o cuidado” (BRASIL, 2008b, p. 7) não significa fazer todas as atividades pelo outro, mas potencializá-lo a desenvolver a autonomia.

O autocuidado “significa cuidar de si próprio, são as atitudes, os comportamentos que a pessoa tem em seu próprio benefício, com a finalidade de promover a saúde, preservar, assegurar e manter a vida” (BRASIL, 2008b, p. 7). Sendo assim, sobre o autocuidado o Manual orienta tanto a pessoa que recebe o cuidado quanto ao cuidador e diz que: “o cuidador deve ter consigo a finalidade de preservar a sua saúde e melhorar a qualidade de vida”.

O capítulo denominado “cuidando do cuidador” (BRASIL, 2008b, p. 11), traz orientações ao profissional cuidador sobre algumas medidas

importantes para a saúde física e mental. Neste capítulo, apresenta justificativas da necessidade dessas medidas pautadas de que a sobrecarga, a tensão em virtude da atenção disponibilizada ao sujeito cuidado no trabalho, pode ser prejudicial não somente ao profissional, inclusive, refletindo na pessoa assistida.

A sobrecarga diz respeito aos sinais, cujo indivíduo está desempenhando o seu trabalho acima das possibilidades, tendo indicativos de fadiga, “[...] de esgotamento, de dificuldades de atingir os resultados satisfatórios e de fazer bem e com qualidade o seu trabalho” (LANCMAN; UCHIDA; SZNELWAR, 2015, p. 79). Além do mais, a Psicodinâmica do Trabalho (PdT) compreende que é no trabalho onde se constitui a saúde do indivíduo, a identidade e a ligação entre este, o indivíduo, e a própria sociedade. Porém, no atual sistema societário, esse trabalho que deveria ser fonte de prazer, acaba se tornando fonte de dor e sofrimento, transformando-se em um trabalho paradoxal (GAULEJAC, 2011). Ele é um confronto com o real gerador de sofrimento, podendo este sofrimento vir a ser patogênico, tornando-se insuportável, desencadeando uma doença. Todavia, ainda neste confronto é possível criar estratégias de defesas, conquistando no trabalho o prazer e a saúde (DEJOURS, 1992).

Na Cartilha para Cuidadores de Idosos do Ministério da Saúde (BRASIL, 2008b), mesmo levando em consideração tratar-se de um manual caracterizador de cuidador específico, apresentam outros cuidados necessários aos cuidadores de idosos como: a relação com os familiares em definir um horário para receber ajuda; que o cuidador possa ter um tempo livre, descanso e distração para recompor as energias; a necessidade que o cuidador tenha um período para praticar esportes, lazer e tempo livre. Considera-se positiva a estratégia pontuada na cartilha do Ministério da Saúde quanto aos cuidados à saúde física e mental do cuidador de idosos (lazer e tempo livre), onde o lazer ocupa um papel principal nesta regulação.

No entanto, é necessário pontuar alguns elementos observados por Aquino e Martins (2007) sobre a contradição do termo descrito na cartilha:

“[...] lazer é atualmente utilizado de forma crescente, podendo ser empregado em sua concepção real ou ser associado às palavras como entretenimento, turismo, divertimento e recreação [...]” (p. 484). Todavia, o termo tempo livre não significa totalmente livre, mas uma pequena ausência do período de trabalho e, ainda, de acordo com Aquino e Martins (2007) questionam: “tempo livre de quê? Em realidade, a denominação de tempo livre, apesar de ser considerada desde os antigos gregos, adquire relevo a partir de sua oposição à concepção moderna de trabalho” (p. 490).

A cartilha do Ministério da Saúde (BRASIL, 2008b) trata do tempo livre para cuidador de idosos, aquele profissional membro familiar, ou alguém remunerado pelos familiares acompanhantes da pessoa sobre os seus cuidados, emprega o tempo livre como um benefício para a saúde mental. Conclui-se que, os cuidadores de crianças com alguma deficiência, contratado e lotado em uma escola pública, devem ter garantido um tempo livre no decorrer do desenvolvimento de suas atividades, tendo em vista que a inclusão dos alunos com deficiência é uma garantia presente na legislação federal (BRASIL, 1988) como também de orientações de acordos internacionais (UNESCO, 1990; 1994).

Todavia, há a garantia legal da assistência de um profissional cuidador, mas excluem os direitos dos cuidadores ao tempo livre ou não problematiza sobre os cuidados aos cuidadores. Em suma, compreende-se como problemática a forma em que o sistema de ensino busca sobreviver às pressões governamentais, atendendo as demandas da inclusão escolar, mas acabam deixando de considerar as dimensões da saúde mental e psíquica de diversos profissionais.

Para atender às políticas de inclusão propostas pela UNESCO (1990; 1994) e ratificada no Brasil por força da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008a) é preciso, problematizar a temática que envolve o trabalho dos cuidadores de alunos com deficiência e os impactos à saúde mental. Somente com uma política pública capaz de orientar às diretrizes para a formação teórico-prática destes trabalhadores, poderá ser inclusiva e proporcionar um melhor

desenvolvimento escolar. Dessa forma, observa-se nos documentos analisados dos órgãos Educacionais, Ministério da Saúde e da Educação, ausências de diretrizes para a formação do cuidador de alunos com deficiência, bem como dos cuidados à saúde mental destes profissionais.

Tais elementos, ficaram ainda mais evidentes no contexto da pandemia, onde os sistemas de Ensino no Brasil tiveram que aderir ao modelo de Ensino Remoto, levando a um aumento da sobrecarga dos profissionais da educação, tendo que conciliar espaços ocupados pela família com o trabalho e, ainda, administrar as atividades domésticas. Situação que agravou a saúde dos trabalhadores, precarizando a subjetividade e sua relação com o alunado.

MÉTODO

Trata-se de um estudo de revisão de literatura, buscando através das bases de dados da Capes – repositório de Teses e Dissertações e base de dados de artigos SciELO trabalhos que atendam os objetivos propostos, tendo como marco temporal o ano da publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008a). A revisão de literatura ou revisão bibliográfica tem a função de examinar ou organizar obras, buscando responder certas problemáticas e lacunas para compreender conceitos, produzir novas análises de dados, resultando também em conhecimento científico (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014).

Para a realização da pesquisa delimitou-se o período de 2008 a 2018, utilizando-se os descritores “cuidadores” AND “saúde mental” AND “educação” e “cuidadores” AND “pessoas com deficiências” AND “educação”. Essa opção de busca, auxiliou no refinamento dos dados, visto que poucos trabalhos no período tratam do profissional, e nenhum trabalho tratam especificamente da saúde mental dos cuidadores no trabalho escolar com alunos com deficiência. Para os critérios de inclusão, foram considerados trabalhos que tratavam sobre a saúde mental de cuidadores de alunos com deficiência.

A seleção dos trabalhos ocorreu da seguinte forma: primeiramente aplicou-se o filtro (2008-2018) no portal da Capes – Repositório de Teses e Dissertações e na plataforma SciELO, descartando-se todos os trabalhos (teses, dissertações e artigos) que não se enquadravam no marco temporal. O próximo passo para a elegibilidade foi relacionado ao título, abordando sobre cuidadores de pessoas com deficiência, dando destaque para aqueles que descreviam sobre a saúde mental ou qualidade de vida. Outro critério fora a leitura dos resumos, e embora alguns trabalhos não citassem nos títulos os termos acima, descreviam elementos que respondiam às problemáticas da pesquisa.

A pesquisa não resultou em nenhum texto ou trabalho que tratassem de cuidadores de alunos com deficiência, mas identificou trabalhos abordando a saúde mental de cuidadores (pais, mães ou responsáveis) acompanhantes de uma pessoa com deficiência em ambientes hospitalares, no núcleo familiar. Sendo assim, optou-se por esses dados selecionados, tendo em vista a ausência de trabalhos sobre saúde mental relacionada aos cuidadores de crianças com deficiência que emerge nas escolas públicas pós-período de 2008.

Além do mais, apesar do foco do estudo ser o trabalho do cuidador na educação básica regular, não desconsideramos algumas particularidades identificadas em outros trabalhos que podem aproximar da discussão. Por exemplo, o fato de um trabalho ser executado ou ter como campo de pesquisa o núcleo familiar, ou ambiente hospitalar não invalida os elementos ali discutidos que nos auxiliam a compreender algumas particularidades do trabalho do profissional cuidador de alunos com deficiência.

Desse modo, para os critérios de exclusão desconsideramos estudos que tratavam de cuidadores de idosos; cuidadores de pessoas com transtornos mentais ou doenças; e trabalhos que não versavam aspectos quanto à qualidade de vida e/ou saúde mental de cuidadores de pessoas com deficiência. Sendo assim, resultaram em nove trabalhos: seis dissertações de mestrado e três teses de doutorado (Quadro 1 e 2).

Nos quadros, os dados foram apresentados sendo: na primeira linha versa sobre os resultados sem aplicação do filtro por ano (2008-2018) e sem critérios de exclusão; na segunda linha, trata sobre os resultados com a aplicação do filtro de acordo com o marco temporal; e na última linha, os resultados finais com os critérios de exclusão e aplicação dos filtros (2008-2018).

QUADRO 1 - Pesquisa com os descritores: cuidadores AND saúde mental AND educação

RESULTADOS	CTD	SCIELO
Sem filtros	82 trabalhos	4 artigos
Com filtro (2008-2018)	74 trabalhos	3 artigos
Com critérios de exclusão e filtro (2008-2018)	6 trabalhos	0

Fonte: Dados da pesquisa.

10

Com o descritor “cuidadores AND pessoas com deficiências AND educação” se obteve os seguintes resultados (Quadro 2).

QUADRO 2 - Pesquisa com os descritores: cuidadores AND pessoas com deficiências AND educação

RESULTADOS	BTD	SCIELO
Sem filtros	42 trabalhos	1 artigo
Com filtro (2008-2018)	36 trabalhos	1 artigo
Com critérios de exclusão e filtro (2008-2018)	3 trabalhos	0

Fonte: Dados da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a aplicação dos filtros e utilizando os critérios de inclusão, se elaborou o quadro 3 com os nove trabalhos encontrados para a análise e discussão das pesquisas.

QUADRO 3 - Trabalhos selecionados com os descritores da pesquisa no período de 2008 a 2018

TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR	INSTITUIÇÃO	ANO
Cuidadores de crianças portadoras de paralisia cerebral no município de Maceió: conhecer para intervir	ZANON, Márcia Andreyra	UNIFESP (Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de Ciências da Saúde) Mestrado	2010
Suporte social e qualidade de vida em famílias de crianças do espectro autístico	BARBOSA, Milene Rossi Pereira	USP (Programa de Pós-Graduação Ciências) Mestrado	2010
A formação de cuidadores de uma instituição de acolhimento de pessoas com deficiência: o cuidado enquanto meio de transformação social	SALVAGNI, Julia Matinatto	UNB (Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania) Mestrado	2014
Convivendo com a deficiência intelectual: percursos de cuidado e educação nas redes parental e social de apoio	PORTELA, Cláudia Paranhos de Jesus	UNEB (Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade) Doutorado	2014
Autistas em idade adulta e seus familiares: recursos disponíveis e demandas da vida cotidiana	ROSA, Fernanda Duarte	UFSCAR (Programa de Pós-Graduação em Educação Especial) Doutorado	2015
Manejo de problemas de comportamento de crianças com transtorno do espectro autista: estudo piloto baseado em um programa de psicoeducação comportamental	SILVA, Naiara Adorna	MACKENZIE (Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento) Mestrado	2016
Associação entre estresse, rede social de apoio e crenças parentais em mães de crianças com TEA	CHRISTMAN N, Michele	MACKENZIE (Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento) Mestrado	2017
Relação entre o nível de funcionalidade de pessoas com síndrome de down e autismo e a qualidade de vida dos cuidadores primários	SALES, Bianca Christian Medeiros	UFV (Programa de Pós-Graduação em Educação Física) Mestrado	2017

Fatores associados à participação em atividades de lazer em famílias de crianças com deficiência intelectual	LARIZZATTI, Marcos Fernando	MACKENZIE (Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento) Doutorado	2017
--	--------------------------------	---	------

Fonte: Dados da pesquisa.

Neste sentido, a primeira problemática norteadora foi compreender se o diagnóstico da deficiência interfere ou não na saúde mental do cuidador e os impasses vivenciados pelo profissional ao exercer a atividade. Para tanto, por questão de limitação textual, não haverá explanação conceituando cada deficiência encontrada.

No cotidiano do cuidador, o profissional vem desempenhando suas atividades com alunos diagnosticados com TEA, síndrome de Down (SD), paralisia cerebral, deficiência física e outras. Quais dessas deficiências, pelas buscas efetuadas, podem ter impactos na saúde mental do profissional?

Desses trabalhos levantados, todos associam o diagnóstico da deficiência como partícipes nos sintomas de estresse, sobrecarga e até em alguns casos, de depressão e de ansiedade. Apresentam que as deficiências mais impactantes na saúde mental ou qualidade de vida dos cuidadores são: síndrome de Down (SALES, 2017), TEA (BARBOSA, 2010; CHRISTMANN, 2017; LARIZZATTI, 2017; ROSA, 2015; SALES, 2017; SILVA, 2016); e paralisia cerebral (ZANON, 2010).

Foram encontradas três pesquisas envolvendo deficiência intelectual (DI); sendo uma abordando a deficiência sem especificar quais síndromes ou transtornos englobam (PORTELA, 2014), visto que a SD e outras podem ser encaixadas como deficiência intelectual (DI); uma pesquisa abordando deficiência física, (DF) e DI (SALVAGNI, 2014) onde o pesquisador descreve a DI como a mais impactante na saúde mental dos cuidadores; outra pesquisa, ainda no bojo da DI, trata da SD e do TEA (SALES, 2017).

Dos resultados encontrados, os diagnósticos das deficiências com maior interferência na saúde mental do cuidador, são as deficiências intelectuais (Síndrome de Down e outras) e Autismo (TEA). Porém, quando comparadas, existe uma consensualidade de que o TEA detém o maior

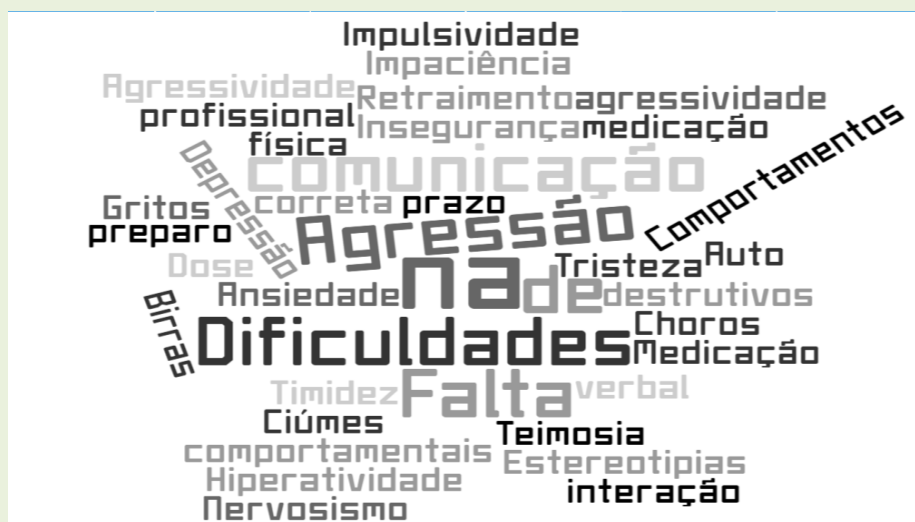
impasse na saúde mental dos cuidadores (SALES, 2017). Isso também foi verificado quando o referido transtorno fora citado na maioria das pesquisas recuperadas (BARBOSA, 2010; CHRISTMANN, 2017; LARIZZATTI, 2017; ROSA, 2015).

Das pesquisas selecionadas, a palavra estresse nos aspectos de cuidar, comparece em todas. Como os resultados descrevem cuidadores familiares, inúmeros fatores foram descritos como estressores, dentre os quais: a mudança da rotina familiar com a chegada da criança com deficiência e outras específicas ao cuidar familiar. Todavia, foram selecionados aqueles fatores estressores que poderiam ser vivenciados na atividade do profissional durante sua jornada na escola regular.

Na figura 1, apresenta-se os fatores estressores através das palavras mais frequentes nos estudos selecionados relatados por entrevistados (cuidadores primários) e outras palavras recuperadas dos fundamentos teóricos utilizados pelos autores das pesquisas, teóricos que já problematizaram o tema embasando-se nas pesquisas encontradas.

Para situar o leitor a respeito da figura abaixo, as palavras com tamanho maior significam a quantidade de vezes que elas comparecem nos trabalhos. Por exemplo, palavra como “agressão” e a palavra “dificuldades”, são as mais destacadas.

FIGURA 1 - Nuvem de palavras dos fatores estressores relacionados a deficiência



Fonte: Dados da pesquisa.

Neste ponto, Larizzatti (2017) em sua pesquisa traz um dado importante sobre alguns fatores envolvendo um cuidador que lida diariamente com uma criança diagnosticada com DI. Fundamenta tais fatores de ordem externalizantes ou internalizantes. O primeiro se refere à impaciência da criança, graus de hiperatividade, quando manifesta teimosia, níveis de agressividade e outros. O segundo, aqueles de ordem interna, como ansiedade, depressão, medo, insegurança, tristeza. Logo, durante o período em que a criança estiver na escola, o profissional lidará com alguns desses estressores, que varia de diagnóstico para diagnóstico.

Um ponto importante das pesquisas selecionadas (BARBOSA, 2010; ROSA, 2015; SILVA, 2016) é a importância dos familiares conhecerem o diagnóstico, formas de agir, sinais e assim exercerem a atividade como cuidadores. Em pesquisas encontradas (ROSA, 2015; SILVA, 2016; ZANON, 2010) uma formação teórico-prática auxiliaria tanto nos aspectos de cuidar adequadamente da pessoa, como também na redução e/ou eliminação de estresse, depressão e ansiedade no profissional.

Zanon (2010), buscou dialogar sobre a necessidade de conhecer o diagnóstico da deficiência para intervir na atividade. Como o foco da pesquisa foram com cuidadores primários, ela parte do ponto em que a criança chega até a família, e esta não contém informações necessárias sobre o diagnóstico e que “começa o aprendizado auto didático sobre o cuidar desta criança a partir das necessidades do dia a dia, com uma inevitável sobrecarga nas atividades de vida diária, pois há falta de orientações e preparo por parte dos cuidadores” (ZANON, 2010, p. 42).

Fazendo um paralelo com os aspectos da inclusão escolar, a criança chega na escola regular e está a sua espera um profissional, que em tese, deveria ter formação profissional e as exigências são: “tratem de cuidar desta criança” (destaque dos pesquisadores). Nesses aspectos, pode ser entendido que grande parte dos fatores estressores advindos de um aluno com deficiência, como exemplo da birra, podem estar associados a forma encontrada dele manifestar a sua insegurança ou falta ser compreendido pelo cuidador e/ou comunidade escolar. Apesar de não ser o foco deste

estudo, tendo em vista a limitação do texto em analisar a publicação de literaturas científicas, introduzimos como discussão e também como proposta que quando este profissional tiver uma formação adequada poderá criar mecanismos para estabelecer uma comunicação com a criança, bem como compreender o que esta quer manifestar nos seus comportamentos. Isso pode ser verificado na criança com TEA, que muitas vezes não consegue expressar os sentimentos e desejos em uma linguagem de fácil entendimento (linguagem oral), pois a deficiência pode comprometer os aspectos biológicos, mas não restringe as potencialidades de se usar caminhos alternativos ao desenvolvimento cultural (BARROCO; SOUZA, 2012).

Esses pontos problematizados, já demonstram a importância em dar visibilidade ao trabalho desta categoria que cada vez mais comparece no ambiente da escola regular. Neste sentido, preocupa-se com a ausência de estudos tematizando este acesso. Em vários aspectos poderá ser problematizado as dimensões que circundam a atividade profissional no processo de inclusão escolar, como exemplo a extensão de estudos que focalizam a temática voltada ao barateamento da educação inclusiva, quando preconizam que o trabalho nesta perspectiva, poderá ser executado na educação básica sem muitos recursos financeiros, pedagógicos e sem qualificação profissional e outros temas (CAMARGO, 2021). Este estudo que focaliza um outro ponto, ora aponta para a carência de políticas públicas ou pesquisas tratando dos aspectos da saúde mental e psíquica, ora sobre a necessidade de estender estudos mais aprofundados sobre o tema em pesquisas acadêmicas.

Nesse sentido, Facci & Urt (2017) na coletânea Precarização do Trabalho, adoecimento e sofrimento do professor, apresentam vários trabalhos que tratam da temática da saúde, adoecimento e sofrimento do docente. Vários autores (FACCI; MEZZARI; LEONARDO; URT, 2017; TULESKI; ALVES; FRANCO, 2017) corroboram para a compreensão que a falta de recursos para trabalhar, formação inadequada, por vezes, pode impactar na saúde mental dos trabalhadores da educação, dentre os quais podemos incluir os cuidadores de alunos com deficiência.

PARA NÃO CONCLUIR O DEBATE: É POSSÍVEL INCLUSÃO ESCOLAR SEM SAÚDE MENTAL DO CUIDADOR?

De imediato, a resposta é negativa. Não é possível inclusão escolar, quando o profissional não está capacitado, saudável fisicamente e mentalmente. As estratégias levantadas nos trabalhos, em grande maioria, descrevem a rede de apoio familiar como uma saída. Um momento para tempo livre do cuidador seria ideal. Todavia, no ambiente escolar, poderia o aluno com deficiência se ausentar da escola, ficando em casa para que o cuidador viesse a gozar de um tempo livre? Em uma sociedade capitalista, no qual o ócio torna-se sinônimo de preguiçoso (AQUINO; MARTINS, 2007), o tempo livre para o trabalhador assalariado, ainda mais lotado em um órgão público da educação, é um paradoxo.

Desta maneira, a Psicodinâmica no Trabalho (PdT) traz possibilidades e estratégias para o enfrentamento do estresse e sobrecarga, que consistiria em criar uma rede de escuta no ambiente escolar. Um momento para debater as dificuldades, ouvir e ser ouvido. Nestes grupos formados por esses profissionais, os cuidadores, e demais profissionais da educação especial, podem ser propiciatórios para que estes manifestem suas angústias, suas dificuldades e compartilhem experiências exitosas, com vista a construir uma mútua cooperação no trabalho. Neste âmbito também, podem ser oferecidos encontros eventuais para a formação teórico-prática, palestras sobre cuidados no trabalho, sobre saúde mental do trabalhador, conscientização e momentos envolvendo atividades físicas e agrupamentos para a prática de lazer.

Um ponto merece ser revisto sobre esses encontros para a formação teórico-prática, é que não sejam exclusivos como contributivos para a prática do cuidador e para a sua saúde psíquica. Não deve ser descartado que o primordial seria uma formação sólida, qualitativa, com aprofundamentos teóricos, metodológicos e práticos suficientes, que possam instrumentalizá-lo de forma adequada. A estratégia recuperada aqui, sobre cursos de formação em eventos seriam denominados de atualização e/ou

capacitação, mas não substituem a necessidade de outra formação mais aprofundada.

Outra estratégia seria incluir na legislação brasileira o tema dos cuidados à saúde mental dos profissionais, bem como, também proporcionar uma formação de qualidade, visto que, trabalhar com pessoas com deficiência envolve uma série de cuidados e incide em mobilizar a subjetividade dos trabalhadores. A formação em muito contribuiria com a saúde mental. Porém, o tema deve ser incluído nas diretrizes das políticas públicas, visto a necessidade de incluir outros profissionais da educação, como da área da psicologia, pesquisadores de diversas áreas acadêmicas. O intuito seria, juntamente com outros profissionais aprofundar e discutir o tema, de modo que os órgãos públicos venham a ser sensibilizados a ampliar as políticas públicas, visando discutir e mediar sobre esta problemática engendrada no processo de inclusão escolar e a saúde mental dos cuidadores.

O estudo realizado contribui para dar visibilidade às dificuldades do trabalho do cuidador, tendo em vista a necessidade de políticas públicas que definiam critérios e objetivos sobre a formação, sobre a quantidade de alunos atendidos por profissional, ajustes na carga horária e remuneração adequada. Destarte, compreende-se que a saúde mental dos cuidadores de alunos com deficiência deve constituir eixos basilares para a implantação de uma política pública de educação inclusiva e de qualidade no estado brasileiro.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, C. A. B.; MARTINS, J. C. de O. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 479-500, set. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=Sci_arttext&pid=S1518-61482007000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 ago. 2020.
- BARBOSA, M. R. P. **Suporte social e qualidade de vida em famílias de crianças do espectro autístico**. 2010. 93 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5162/tde->

07042010-112648/publico/ MileneRossiPereiraBarbosa.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

BARROCO, S. M. S.; SOUZA, M. P. R. Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para a formação e atuação do psicólogo em contexto de Educação Inclusiva. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 111-132, Mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642012000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642012000100006>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 12. 764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União. Distrito Federal, DF: Casa Civil, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC: Brasília – DF, 2008.

BRASIL. **Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Casa Civil, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia prático para cuidadores de idosos**. 2008. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_pratico_cuidador.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

CAMARGO, J. S. **Políticas públicas educacionais inclusivas e cuidadores/acompanhantes especializados: o dito e o não dito**. 2021. 235 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Psicologia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2021.

CHRISTMANN, M. **Associação entre estresse, rede social de apoio e crenças parentais em mães de crianças com TEA**. 2017. 62 f. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento) - Faculdade de Medicina, Universidade Presbiteriana MACKENZIE, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/3302>>. Acesso em: 20 maio 2019.

DEJOURS, C. **A loucura do Trabalho**: estudo da psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1992.

FACCI, M. G. D.; MEZZARI, D. P. de S.; LEONARDO, N. S. T.; URT, S. da C. Uso de medicamentos ou medicalização dos professores? Uma discussão sobre as

relações de trabalho e adoecimento. In: FACCI, M. G. D.; URT, S. da C. (Orgs.). **Precarização do trabalho, adoecimento e sofrimento do professor**. Teresina: Edufpi. 2017. p.101-112.

GAULEJAC, V. de. A NGP: a Nova Gestão Paradoxal. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (Orgs.). **Clínicas do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011. p. 84-98.

HYPOLITO, Á. M. Reorganização gerencialista da escola e trabalho docente. **Educação teoria e prática**, v. 21, n. 38, out./dez. 2011.

LANCMAN, S.; UCHIDA, S.; SZNELWAR, L. I. Contribuições da psicodinâmica do trabalho para compreender o trabalhar e suas relações com a saúde mental. In: CORDEIRO, Q.; RAZZOUK, D.; LIMA, M. G. A. de. (Orgs.). **Saúde mental e trabalho**. São Paulo: CREMESPE, 2015. p.71-88.

LARIZZATTI, M. F. **Fatores associados à participação em atividades de lazer em famílias de crianças com deficiência intelectual**. 2017. 132f. Tese (Doutorado em Distúrbios do Desenvolvimento) – Faculdade de Medicina, Universidade Presbiteriana MACKENZIE, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/3440/5/Marcos%20Fernando%20Larizzatti.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2019.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. 2010. Disponível em: <<http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/CLASSIFICA%C3%87%C3%83O-BRASILEIRA-DE-OCUPA%C3%87%C3%95ES-MEC.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

PATTO, M. H. S. Acelerando a escolarização em nome do quê? In: PATTO, M. H. S. (Org.). **Exercícios de indignação** – escritos de Educação e Psicologia. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2005. p. 17- 28.

PATTO, M. H. S. Políticas atuais de inclusão escolar: reflexão a partir de um recorte conceitual. In: BUENO, J. G. S.; MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. (Orgs.). **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. Araraquara: Junqueira e Marin. 2008. p. 25-42.

PORTELA, C. P. de J. **Convivendo com a deficiência intelectual: percursos de cuidado e educação nas redes parental e social de apoio**. 2014. 283 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade Estadual da Bahia - UNEB, Salvador, 2014. Disponível em: <<http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2016/04/TESE-EM-PDF-CLAUDIA-PARANHOS-DE-JESUS-PORTELA-1-1.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

RONDÔNIA. Secretaria do Estado da Educação. **Lei complementar n. 680, de 07 de setembro de 2012**. Dispõe sobre o plano de carreiras, cargos e

remuneração dos profissionais da Educação Básica do Estado de Rondônia e dá outras providências. Diário Oficial do Estado. Porto Velho, RO: Secretaria de Estado da Educação, 2012.

ROSA, F. D. **Autistas em idade adulta e seus familiares**: recursos disponíveis e demandas da vida cotidiana. 2015, 193f. Tese (Doutorado em Educação Especial). UFSCAR, São Carlos, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7259>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista diálogo educacional**. V. 14, n. 41, p. 165-189. Jul. 2014. ISSN 1981-416X. Disponível em: <periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2317>. Acesso em: 10 maio 2020.

SALES, B. C. M. **Relação entre o nível de funcionalidade de pessoas com síndrome de down e autismo e a qualidade de vida dos cuidadores primários**. 2017, 79 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física), UFV, Viçosa, 2017. Disponível em: <<https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/21198>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

SALVAGNI, J. M. **A formação de cuidadores de uma instituição de acolhimento de pessoas com deficiência**: o cuidado enquanto meio de transformação social. 2014, 105f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania). UNB, Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17809/1/2014_JuliaMatinatoSalvagni.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SILVA, N. A. da. **Manejo de problemas de comportamento de crianças com transtorno do espectro autista**: estudo piloto baseado em um programa de psicoeducação comportamental. 2016, 90f. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento). Faculdade de Medicina, Universidade Presbiteriana MACKENZIE, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/3086>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

TULESKI, S. C.; ALVES, A. M. P.; FRANCO, A. de F. O que revela e o que encobre o produtivismo acadêmico? Problematizando a face objetivo-subjetiva do fenômeno e seu impacto social-individual. In: FACCI, M. G. D.; URT, S. da C. (Orgs.). **Precarização do trabalho, adoecimento e sofrimento do professor**. Teresina: Edufpi. 2017. p. 199-230.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. 1990. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000108.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2019.



UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

ZANON, M. A. **Cuidadores de crianças portadoras de paralisia cerebral no município de Maceió**: conhecer para intervir. 2010, 151f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências da Saúde). Faculdade de Medicina, UNIFESP, São Paulo. 2010. Disponível em: <<http://repositorio.unifesp.br/handle/11600/9284>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

Recebido em: 16 de julho de 2021.
Aprovado em: 02 de março de 2022.
Publicado em: 29 de março de 2022.

